DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Louvor n.º 335/2018

Por proposta de Dom Manuel da Silva Rodrigues Linda, Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança, louvo o Cabo Fuzileiro Monitor de Educação Física, NII 736289, João Paulo Rosário Conceição, pelas elevadas qualidades e virtudes militares, manifestadas ao longo dos dois anos em que exerceu o cargo de Secretário da Cúria, na Capelania-Mor e, ultimamente, o de condutor.

No âmbito técnico-profissional o Cabo Fuzileiro Monitor de Educação Física, João Conceição tem revelado elevada competência e uma dedicação à causa, acima da média. Trata-se de uma pessoa muito educada, metódica e organizada, o que muito tem contribuído para a relação da Capelania-Mor com o exterior, nomeadamente ao nível da divulgação das atividades, manutenção do sítio Web, envio de correspondência a aniversariantes em nome do Capelão Chefe, entre outras funções por si desempenhadas. Enquanto condutor, para além da segurança e do apuramento, demonstra assinalável zelo pela viatura que lhe está confiada, quer ao nível da limpeza, quer nos cuidados técnicos inerentes.

É ainda de salientar que o Cabo João Conceição goza de uma estima geral, quer pela sua índole alegre e pacífica, quer pela elevada cultura e natureza sociável. Possui notória capacidade para o trabalho em equipa e a sua intuição muito tem contribuído para rentabilizar e aumentar a produtividade. Assertivo, afável, intuitivo e sempre disponível, muito tem contribuído para que a Capelania-Mor cumpra as funções que lhe estão cometidas.

Por conseguinte, é de justiça enaltecer a elevada dedicação e o trabalho exemplar desenvolvido por este Fuzileiro e apontá-lo como exemplo de militar e modelo a seguir.

20 de agosto de 2018. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

311604079

Louvor n.º 336/2018

Por proposta de Dom Manuel da Silva Rodrigues Linda, Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança, louvo a Guarda Principal de Infantaria, NIM 2000794, Célia Maria de Oliveira Guerreiro Monteiro, pelo zelo, empenho e dedicação no exercício das funções de Notária da Cúria na Capelania-Mor do Serviço de Assistência Religiosa.

A Guarda Principal de Infantaria, Célia Monteiro, tem revelado grande disponibilidade, excelente capacidade no âmbito das relações humanas, vincado sentido de obediência e versatilidade para a execução das mais diversas tarefas que lhe são cometidas. No exercício das suas funções, executa trabalhos burocráticos e repetitivos, nomeadamente passar para suporte digital os arquivos dos Sacramentos transcritos nos habituais formulários em papéis, mas nem por isso a Guarda Principal Célia os descarta, e o ritmo de trabalho que imprime, demonstra que a Capelania-Mor muito tem a lucrar com esta profissional assídua, pontual e competente.

Dotada de profundo sentido de responsabilidade e espírito de equipa, sabe coordenar o trabalho com o dos seus pares, potenciando, assim, a melhoria das condições de produtividade do Serviço de Assistência Religiosa com elevados índices de motivação pessoal e técnico-profissional, obtendo a admiração dos seus superiores hierárquicos e o reconhecimento dos seus camaradas.

Atendendo a que a Guarda Principal Célia Monteiro se distingue por uma motivação e execução de funções muito superior à média, é de inteira justiça que se ressalte o seu mérito e se apresente como exemplo a seguir.

20 de agosto de 2018. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

311604095

Louvor n.º 337/2018

Por proposta de Dom Manuel da Silva Rodrigues Linda, Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança, louvo o Sargento-ajudante de Artilharia, NIM 16920289, Joaquim Manuel Cheira Marçalo, pelo excepcional desempenho demonstrado nos cerca de três anos como chanceler e vice-chanceler da Capelania-Mor.

Dotado de uma forte cultura geral, notório espírito de iniciativa, o Sargento-ajudante de Artilharia, Joaquim Marçalo manifestou uma enorme capacidade de organização e assinalável dedicação ao trabalho, e não só desempenhou cabalmente as tarefas que lhe foram distribuídas, como realizou muitas outras em prol da organização pastoral, litúrgica e

de divulgação, tais como a composição de guiões, coletâneas documentais de fotografias, reorganização do arquivo, informatização dos principais documentos, base de dados dos vários registos, criatividade de «design», entre outras, sendo que todas essas funções só puderam ser desenvolvidas devido aos excecionais empenho e disponibilidade do Sargento-ajudante Joaquim Marçalo que se manifestaram, frequentemente, no desempenho de funções muito para além do que foi solicitado.

O seu dinamismo, boa educação e invulgar espírito de missão devem também ser referenciados no âmbito da sua relação com o exterior, desempenhada quer nos contactos inerentes à ação da Capelania Mor, quer no contínuo atendimento às solicitações e pedidos de esclarecimento, salientando-se a forma cortês como recebeu as pessoas, na maneira polida como lidou com as situações potencialmente mais conflituosas e pelo jeito sábio aplicado no tratamento dos assuntos de maior grau de dificuldade. Por este motivo, são frequentes os encómios à sua pessoa e as referências elogiosas e a essa capacidade de relacionamento.

Internamente, desenvolveu contactos com os vários serviços da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, fazendo-o sempre de tal forma que lhe permitiu granjear a simpatia, o respeito e a admiração de todos quantos com ele se relacionaram.

Por todos estes motivos, o Sargento-ajudante Joaquim Marçalo deve ser apresentado como exemplo de dedicação à causa militar, em geral, e à da Capelania-Mor, em particular, devendo as funções por si desempenhadas ser qualificadas como extremamente relevantes para que o Serviço de Assistência Religiosa desenvolvesse a respetiva atividade com a eficácia e eficiência pretendidas.

20 de agosto de 2018. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

311604054

JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 12741/2018

Recrutamento de 1 Técnico Superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional do Gabinete de Relações Internacionais, da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 1 Técnico Superior (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções para a Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe à Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional o desenvolvimento das competências constantes do Despacho n.º 16290/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 21 de dezembro de 2012.

III — Perfil pretendido:

- Ser detentor/a de Licenciatura em Direito;
- Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de outra língua estrangeira, em especial de francês ou espanhol;
- Bons conhecimentos de Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito Civil (Obrigações, Família e Sucessões);
- Preferencialmente, experiência anterior no domínio das relações internacionais, em especial no contexto das instituições europeias e internacionais.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade na categoria”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/ 3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2018, foram prorrogados os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, pelo que o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

22 de agosto de 2018. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
311603309

Aviso n.º 12742/2018**Recrutamento de 1 Técnico Superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Unidade para a Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais, da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.**

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 1 Técnico Superior (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções para a Unidade para a Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe à Unidade para a Cooperação Internacional o desenvolvimento das competências constantes do Despacho n.º 16290/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 21 de dezembro de 2012.

III — Perfil pretendido:

- Ser detentor/a preferencialmente de Licenciatura em Direito;
- Bons conhecimentos de inglês falado e escrito e conhecimentos de outra língua estrangeira, em especial de espanhol;
- Bons conhecimentos de Direito Internacional Público e Direito Constitucional, no caso da Licenciatura em Direito;
- Preferencialmente, experiência anterior no domínio das Relações Internacionais.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/

categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade na categoria”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/ 3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2018, foram prorrogados os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, pelo que o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídica funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

22 de agosto de 2018. — A Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, *Susana Antas Videira*.

311603228

Despacho (extrato) n.º 8541/2018

Por meu despacho, de 9 de agosto de 2018:

Licenciada Tânia Cristina Piazentin Ferreira da Mota Silva — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, que mantém em vigor os n.ºs 2 a 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril, a comissão de serviço para desempenhar as funções de Consultora, nas áreas de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a 7 de setembro de 2018. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de agosto de 2018. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
311603147

Despacho (extrato) n.º 8542/2018

Por meu despacho, de 19 de julho de 2018:

Mestre Vasco Monteiro Torres Pinto da Rocha — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, que mantém em vigor os n.ºs 2 a 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril, a comissão de serviço para desempenhar as funções de Consultor, nas áreas de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de agosto de 2018. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de agosto de 2018. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
311602978

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**Aviso n.º 12743/2018**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Referência 153/AT/2018), para ocupação de 7 (sete) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 3775/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 22 de março, foi homologada por meu despacho de 13 de agosto de 2018, encontrando-se afixada em local visível nas instalações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sitas na Avenida da Liberdade, n.º 9, 2.º Esquerdo,